

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.208.912 - SP (2017/0297519-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EDILBERTO ACACIO DA SILVA
ADVOGADO : CONCEIÇÃO OLIVIERI DOS SANTOS ARAUJO - SP121435A
AGRAVADO : EMBRAL-EMPRESA BRASILEIRA DE LEILÕES RURAIS LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO DO AMARAL - SP024052
CLÁUDIA MANISSADJIAN - SP154008
ELIZABETH DARAKJIAN DJEHDIAN - SP174751
AGRAVADO : AGROPECUARIA BIANCO LTDA
ADVOGADOS : EDGAR FRANCISCO NORI - SP063522
VINICIUS CABRAL NORI - SP249083

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **EDILBERTO ACÁCIO DA SILVA**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 536/538 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 1049, e-STJ):

Ação indenizatória - Alegação de vício oculto em animais adquiridos em leilão de gado - Falta de comprovação das alegações - Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor - Alimentação inadequada - Devolução de três animais - Indenização indeferida - Relator vencido em parte - Recurso do réu provido e do autor desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1071/1077, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação indenizatória visando a reparação por danos materiais e morais. O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos. O Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 2º, 3º, 6º, VIII, 302, 303, 334, II e III, do CPC/73. Sustenta, em síntese, que: i) o CDC é aplicável ao caso sob julgamento; ii) a parte recorrida não impugnou especificamente os fatos alegados; e, por fim iii) os fatos narrados restaram comprovados.

Contrarrazões às fls. 1103/1106, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 1114/1129, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o recorrente busca refutar o óbice elencado pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 1132/1133, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. No caso dos autos, a Corte Estadual, após análise dos autos, entendeu que seria inaplicável o CDC ao caso, pois o recorrente adquiriu as vacas para aumentar sua produção de leite e derivados, sendo, portanto, consumidor intermediário. É o que se observa do seguinte trecho do acórdão atacado (fl. 1053, e-STJ):

"[...] No caso em apreço, **não se aplica o Código de Defesa do Consumidor. Persiste aqui o consumo intermédio**, não havendo relação de consumo propriamente dita, o que afasta a incidência das regras especiais inseridas no CDC. **O próprio autor afirmou que é produtor rural e que adquiriu as vacas para aumentar sua produção de leite e derivados. Ele não se qualifica como destinatário final de um produto.** [...]"

Com efeito, esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que o CDC não se aplica no caso em que o produto ou serviço é adquirido para implementação de atividade econômica, pois não configurado o destinatário final.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CONEXÃO COM RESP. 1.190.525/SP. ART. 535 DO CPC/1973. NÃO VIOLADO. RELAÇÃO DE CONSUMO E RELAÇÃO DE INSUMO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. NATUREZA DE INSUMO. UTILIZAÇÃO DA ANALOGIA. DESNECESSIDADE. NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO CESSIONÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ.

1. Recurso especial conexo ao REsp n. 1.190.525/SP.

2. Não há violação ao artigo 535, II do CPC/1973, quando embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

3. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza, como destinatário final, produto ou serviço oriundo de um fornecedor. Por sua vez, destinatário final, segundo a teoria subjetiva ou finalista, adotada pela Segunda Seção desta Corte Superior, é aquele que ultima a atividade econômica, ou seja, que retira de circulação do mercado o bem ou o serviço para consumi-lo, suprimindo uma necessidade ou satisfação própria, não havendo, portanto, a reutilização ou o reingresso dele no processo produtivo.

Logo, a relação de consumo (consumidor final) não pode ser confundida com relação de insumo (consumidor intermediário).

Inaplicabilidade das regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor.

4. Em caso de empréstimo bancário feito por empresário ou pessoa jurídica com a finalidade de financiar ações e estratégias empresariais, o empréstimo possui natureza de insumo, não sendo destinatário final e,

portanto, não se configurando a relação de consumo.

5. Em termos jurídicos, analogia é o procedimento intelectual pelo qual é atribuído a determinada situação, que não tenha recebido regulação jurídica, o mesmo regime jurídico conferido a caso similar. Empresta-se ao fato lacunoso as consequências jurídicas do caso juridicamente regulado, tendo em vista a semelhança existente entre eles. Tal procedimento é fundado na exigência de Justiça e no imperativo da segurança jurídica, devendo ambas as hipóteses receber valoração jurídica idêntica em aspectos jurídicos decisivos (*ubi eadem ratio, ibi eadem iuris dispositio*).

6. O caso dos autos configura situação carente de requisito essencial à utilização da analogia como forma de integração do direito, qual seja, inexistência de norma regulamentadora dos fatos.

7. A ausência de notificação do devedor acerca da cessão do crédito (art. 290 do CC/2002) não torna a dívida inexigível, tampouco impede o novo credor de praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos.

8. Em havendo regra específica aplicável ao processo de execução (art. 567, II, do CPC), que prevê expressamente a possibilidade de prosseguimento da execução pelo cessionário, não há falar em incidência, na execução, de regra que se aplica somente ao processo de conhecimento no sentido da necessidade de anuência do adversário para o ingresso do cessionário no processo (arts. 41 e 42 do CPC).

9 Não cabe, em sede de recurso especial, rever os critérios e o percentual adotado pelo julgador na fixação dos honorários advocatícios, por importar o reexame de matéria fático-probatória. A incidência da Súmula 7/STJ somente pode ser afastada quando o valor fixado for exorbitante ou irrisório, o que não ocorre no caso dos autos.

10. Recursos especiais não providos.

(REsp 1599042/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 09/05/2017)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO CDC. TEORIA FINALISTA. RELAÇÃO DE CONSUMO NÃO CARACTERIZADA. ACÓRDÃO RECORRIDO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. VULNERABILIDADE. RECONHECIMENTO. SÚMULA N. 7/STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. PACTUAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. O posicionamento adotado no acórdão recorrido coincide com a orientação desta Corte Superior, a saber: "o Código de Defesa do Consumidor não se aplica no caso em que o produto ou serviço é contratado para implementação de atividade econômica, já que não estaria configurado o destinatário final da relação de consumo (teoria finalista ou subjetiva)" (AgRg no AREsp n. 557.718/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/5/2016, DJe 10/6/2016).

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos e interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

3. O reconhecimento da situação de vulnerabilidade, a fim de se aplicar o CDC, exigiria reexame de questões fáticas.

4. No caso concreto, o Tribunal de origem, a partir do exame dos elementos de prova e da interpretação das cláusulas contratuais, concluiu pela existência de cláusula prevendo a capitalização mensal dos juros.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1218885/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 19/06/2018)

Portanto, estando o acórdão do Tribunal local em consonância com o entendimento desta Corte Superior, aplicável o óbice sumular 83, do STJ.

3. No mérito, a Corte Estadual, após análise dos autos, reformou a sentença de procedência, pois concluiu que a parte recorrida não teve culpa pela morte dos animais. É o que se observa dos seguintes excertos do acórdão guerreado (fls. 1053/1055, e-STJ):

"[...] Não há como se acolher tal entendimento. **Foram ouvidas várias testemunhas que foram categóricas ao afirmar que as vacas foram entregues sadias ao autor, mas que receberam tratamento totalmente inadequado**, o que as levou a óbito. O próprio autor, em seu **depoimento pessoal**, asseverou que a morte dos animais ocorreu por falta de orientação das rés acerca do tipo de alimentação que deveria dar aos animais. Disse que não tinha experiência em tratar de gado holandês, que requer um cuidado especial (fls. 307/311). [...] **A testemunha João Francisco Thomazini** disse que a vaca holandesa deve receber um trato muito especial em termos de alimentação e ambiente. Caso haja alteração, a vaca pode definhir e acabar morrendo (fls. 496/497). [...] Assim, **diante das provas orais conclui-se pela inexistência** de qualquer vício de informação. [...] No caso em apreço, **não restou demonstrada a culpa das requeridas em relação ao falecimento das vacas holandesas, pois não se comprovou a existência de qualquer vício. O que restou demonstrado foi culpa do requerente**, que não tinha experiência em criar vacas holandesas, que necessitam de cuidados especiais.[...]"

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AAGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. Adequada a deliberação monocrática no que concerne ao não acolhimento da tese de negativa de prestação jurisdicional, pois inexistentes quaisquer vícios no acórdão proferido pelo Tribunal a quo, ficando afastada, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. A alteração do entendimento sedimentado nas instâncias ordinárias, no sentido de que a autora não logrou comprovar os fatos constitutivos do seu direito, somente seria possível mediante o revolvimento dos elementos de fatos e provas dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor do óbice da Súmula 7 do STJ. A incidência do referido óbice impede a análise do dissídio jurisprudencial. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 871.400/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 11/05/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ.

1. Rever o entendimento do Tribunal de origem, que concluiu que não ficou configurado o dano moral, na hipótese dos autos, demandaria exame de matéria fática, o que encontra óbice na Súmula nº 7 do STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 552.465/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 14/05/2015)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ALIENAÇÃO A TERCEIRO. DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO. INDEFERIMENTO DE PERDAS E DANOS E DE DANOS MORAIS POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO.

1. Não é possível reverter a conclusão do acórdão recorrido acerca da ausência de comprovação dos danos materiais e morais sofridos, sem reexame dos elementos fáticos da demanda, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. Para a demonstração do dissídio jurisprudencial, na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, é dever do recorrente proceder ao cotejo analítico com a demonstração de similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas confrontados.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1350264/PB, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

